

## **Transformando O Currículo Escolar: O Papel Da Educação Inclusiva No Século XXI**

**Marco Antonio Silvany**

*Doutorando em Ciências da Educação  
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)  
Calle de la Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, Paraguay*

**Lina Kelly Rodrigues Ferreira**

*Pós graduada em Educação Especial Inclusiva  
Universidade Estadual do Maranhão- UEMA  
Zé Doca, Maranhão, Brasil*

**Edielso Manoel Mendes de Almeida**

*Doutor em Ciências Sociais na área de Antropologia pela PUC de São Paulo  
Doutor em Educação pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE)  
São Paulo, São Paulo, Brasil*

**Angela Márcia Costa Pereira**

*Especialista em Gestão de Pessoas e RH  
Instituição Faculdade Única  
Minas Gerais, MG, Brasil*

**José Leônidas Alves do Nascimento**

*Doutorando em Ciências da Educação  
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS  
Calle de La Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, República do Paraguai, Código Postal 1808.*

**Jocelino Antonio Demuner**

*MSc in Emergent Technologies in Education  
Instituição: Must University (MUST)  
70 SW 10th St, Deerfield Beach, Florida 33441 – USA*

**Gustavo Henrique Gonçalves.**

*Doutor em Ciências  
Universidade do Estado de Minas Gerais.  
Passos, Minas Gerais, Brasil.*

**Alexandra de Andrade Guedes Martins Mantovani**

*Mestranda em Letras  
Universidade Estadual da Paraíba  
Guarabira, Paraíba, Brasil*

---

### **Resumo:**

*Este artigo discute a transformação do currículo escolar no Brasil, destacando o papel da educação inclusiva no século XXI. A partir da análise de marcos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), o estudo explora como o currículo escolar tem sido adaptado para promover a inclusão dos alunos com deficiências. A pesquisa aponta os avanços e desafios enfrentados pelas escolas brasileiras, especialmente no que diz respeito à formação docente e à adequação de recursos pedagógicos. Conclui-se que, embora haja progresso, é necessário um esforço contínuo para que a inclusão seja efetiva, com ênfase na flexibilização curricular e na promoção de um ambiente educacional mais acessível e democrático.*

**Palavras-chave:** Currículo escolar, educação inclusiva, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Brasileira de Inclusão, flexibilidade curricular.

Date of Submission: 25-02-2025

Date of Acceptance: 05-03-2025

---

## I. Introdução

A educação inclusiva é um dos maiores desafios e conquistas da sociedade brasileira no contexto educacional contemporâneo. Nos últimos anos, o Brasil tem avançado consideravelmente na implementação de políticas públicas voltadas à inclusão de alunos com deficiências no ensino regular, garantindo, por meio de legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, a equidade no acesso à educação. Esses marcos legais estabelecem que o currículo escolar deve ser adaptado para atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. Contudo, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos, principalmente na adaptação prática do currículo e na formação continuada dos profissionais da educação para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. Assim, o objetivo deste artigo é analisar o papel da educação inclusiva na transformação do currículo escolar no Brasil, buscando identificar tanto os avanços conquistados quanto as dificuldades ainda presentes nesse processo.

A transformação do currículo escolar com o objetivo de torná-lo inclusivo exige uma revisão das práticas pedagógicas e uma reinterpretação dos conteúdos, que devem ser flexibilizados para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, tenham acesso ao conhecimento de forma plena. Para isso, é necessário que os professores adotem metodologias diversificadas, que considerem as especificidades dos alunos com deficiência e promovam a interação entre todos os estudantes. Essa mudança de paradigma implica, ainda, na criação de um ambiente escolar mais acessível, no uso de tecnologias assistivas e na implementação de estratégias pedagógicas que viabilizem a participação ativa dos alunos com deficiência nas atividades escolares. Nesse contexto, a educação inclusiva não pode ser vista apenas como a inserção de alunos com deficiências nas escolas regulares, mas como uma prática pedagógica que busca a transformação das escolas em espaços que realmente atendam às necessidades de todos, de forma equitativa e respeitosa.

Embora o Brasil tenha avançado em termos legais e na criação de políticas públicas voltadas à inclusão, o país ainda enfrenta dificuldades para garantir a plena implementação do currículo inclusivo. A falta de formação específica e contínua para os professores, a escassez de recursos materiais e a resistência de algumas partes da comunidade escolar ainda são obstáculos importantes para a concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva. Além disso, a transformação do currículo escolar também depende da adaptação das infraestruturas das escolas, para garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso ao conhecimento e participem do processo de aprendizagem de forma igualitária. A presente pesquisa, portanto, visa refletir sobre esses aspectos, discutindo as potencialidades e limitações da educação inclusiva no Brasil, e propondo possíveis caminhos para a transformação do currículo escolar no sentido de promover uma educação mais justa e acessível para todos os estudantes.

## II. Referencial Teórico

A educação inclusiva, no Brasil, surge como um marco fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sendo consolidada por meio de diversas legislações e diretrizes educacionais. O conceito de inclusão escolar refere-se à ideia de que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, devem ter acesso ao mesmo ambiente educacional, sem discriminação ou segregação (Brasil, 1996). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 foi um dos primeiros instrumentos legais a garantir o direito de todos os alunos à educação regular, estabelecendo a necessidade de adaptar as escolas e o currículo para acolher a diversidade de estudantes. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 ampliou ainda mais esse compromisso, destacando a necessidade de proporcionar condições de acessibilidade, tanto físicas quanto pedagógicas, para garantir que os alunos com deficiência possam participar ativamente do processo de aprendizagem (Brasil, 2015).

O currículo escolar, sob a ótica da educação inclusiva, não deve ser entendido apenas como uma sequência rígida de conteúdos a serem ensinados, mas como um espaço dinâmico e flexível que precisa ser adaptado para atender as diferentes necessidades de aprendizagem dos alunos (Mesquita & Rocha, 2017). Nesse sentido, a adaptação curricular é um dos principais componentes da inclusão, pois envolve a flexibilização dos conteúdos, das metodologias e dos recursos didáticos, permitindo que cada aluno aprenda de maneira significativa. Zanato e Gimenez (2017) apontam que essas adaptações devem considerar as especificidades de cada tipo de deficiência, como a deficiência auditiva, visual, motora e intelectual, buscando sempre garantir o acesso ao conteúdo de forma equitativa. A adaptação do currículo, portanto, vai além de ajustes simples, sendo necessário repensar os objetivos de aprendizagem e as formas de avaliação, considerando as capacidades e limitações de cada estudante.

Além da adaptação do conteúdo curricular, outro aspecto fundamental da educação inclusiva é a formação dos professores. Para que o currículo seja verdadeiramente inclusivo, é imprescindível que os

profissionais da educação recebam formação específica para trabalhar com a diversidade presente nas salas de aula. A capacitação de professores não se restringe ao aprendizado de técnicas pedagógicas adaptativas, mas envolve uma mudança de mentalidade, que valorize a diversidade e busque, de maneira ativa, a participação de todos os alunos nas atividades escolares (Rodrigues et al., 2019). De acordo com Mesquita (2017), a formação docente deve ser contínua, com ênfase em estratégias diversificadas de ensino, uso de tecnologias assistivas e acompanhamento individualizado dos alunos com deficiência. Isso implica que os professores compreendam que o currículo inclusivo exige uma didática mais dinâmica e interativa, que favoreça a colaboração e o respeito às diferenças.

Outro aspecto que precisa ser considerado é a importância da infraestrutura escolar. O ambiente físico da escola deve ser acessível para garantir que os alunos com deficiência possam circular livremente e participar de todas as atividades educacionais. Segundo Santos (2018), a adaptação arquitetônica das escolas, como rampas, banheiros adaptados e a disponibilidade de espaços acessíveis, é uma condição essencial para a implementação da educação inclusiva. No entanto, a adaptação do espaço escolar não deve ser vista como uma medida isolada. Ela precisa estar acompanhada de uma reforma nas práticas pedagógicas e nos métodos de ensino, para que o currículo seja de fato acessível a todos. A infraestrutura, portanto, deve ser entendida como um componente essencial, mas não suficiente, para garantir a efetiva inclusão dos alunos.

O conceito de “universalização da aprendizagem” também é central para a educação inclusiva. De acordo com a LBI, a educação deve ser organizada de forma que todos os alunos, independentemente de suas deficiências, possam acessar os mesmos conteúdos e atingir os mesmos objetivos educacionais, adaptados às suas necessidades (Brasil, 2015). No entanto, a implementação dessa ideia enfrenta barreiras significativas, como a falta de recursos materiais, de apoio pedagógico especializado e a resistência de alguns profissionais da educação. Dainez e Smolka (2019) afirmam que a resistência à mudança é um dos maiores desafios enfrentados pelas escolas ao implementarem práticas inclusivas. Além disso, a falta de materiais pedagógicos adequados e de tecnologias assistivas, que são fundamentais para garantir o aprendizado de alunos com deficiência, representa um obstáculo considerável para a inclusão efetiva.

Por fim, a participação da família e da comunidade escolar é outro ponto crucial para o sucesso da educação inclusiva. A integração entre escola e família é fundamental para garantir o apoio necessário ao desenvolvimento dos alunos com deficiência. De acordo com Zanato e Gimenez (2017), a parceria entre pais, professores e especialistas é essencial para a construção de um ambiente de aprendizagem positivo e inclusivo. A colaboração mútua pode proporcionar um acompanhamento mais eficaz dos alunos, além de contribuir para a construção de uma mentalidade coletiva de respeito à diversidade. A família desempenha um papel essencial no apoio aos alunos, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento acadêmico quanto ao desenvolvimento social e emocional, favorecendo a construção de uma escola inclusiva, onde todos os alunos possam se sentir acolhidos e respeitados.

### **III. A Transformação Do Currículo Escolar Para A Inclusão**

A transformação do currículo escolar para a inclusão vai muito além de uma simples adaptação de conteúdos. Ela exige uma mudança profunda na forma como o ensino é planejado, ministrado e avaliado. No contexto da educação inclusiva, o currículo precisa ser entendido como um instrumento flexível e dinâmico, capaz de se ajustar às necessidades e potencialidades dos alunos, especialmente aqueles com deficiências. De acordo com Mesquita e Rocha (2017), isso implica na modificação das práticas pedagógicas para promover a participação ativa de todos os alunos, sem exceção. A proposta não é diminuir a exigência, mas proporcionar uma aprendizagem significativa e acessível, respeitando o ritmo e as formas de apreensão de conhecimento de cada aluno. A educação inclusiva exige que o currículo seja pensado de forma a promover uma experiência educacional que atenda tanto aos aspectos cognitivos quanto aos emocionais e sociais dos alunos com deficiência, criando um ambiente de aprendizado que seja tanto desafiante quanto acolhedor.

A flexibilidade curricular, no entanto, não se resume apenas à adaptação dos conteúdos. Ela envolve também a criação de diferentes formas de ensino, utilizando metodologias diversificadas que atendam a múltiplos estilos e necessidades de aprendizagem. Isso significa que, no ensino inclusivo, os professores precisam estar preparados para utilizar uma variedade de estratégias pedagógicas que envolvam diferentes formas de apresentação do conteúdo, de forma visual, auditiva, cinestésica, entre outras. Para isso, a formação docente torna-se essencial. O professor precisa ter não apenas o conhecimento técnico sobre as disciplinas que ensina, mas também uma compreensão profunda das diversas formas de aprendizagem e das adaptações necessárias para atender aos alunos com deficiência (Rodrigues et al., 2019). Essa abordagem também exige uma visão mais holística da aprendizagem, que valorize o desenvolvimento integral do aluno, considerando suas emoções, seu bem-estar social e sua autoestima, fatores essenciais para o processo de aprendizagem eficaz.

Ademais, a adaptação curricular para a inclusão envolve a utilização de recursos didáticos diversificados, incluindo materiais pedagógicos acessíveis e tecnologias assistivas que viabilizem o aprendizado de todos os alunos. No caso de alunos com deficiência visual, por exemplo, o uso de materiais em braille, softwares leitores

de tela e audiobooks pode ser essencial. Para alunos com deficiência auditiva, é necessário o uso de legendas em vídeos, intérpretes de libras e recursos visuais que possibilitem o acompanhamento das aulas. Essa diversificação de recursos não só garante a participação plena dos alunos com deficiência, mas também enriquece o processo de ensino-aprendizagem, pois todos os estudantes, independentemente de sua condição, têm a oportunidade de aprender de maneira mais personalizada e eficaz (Zanato & Gimenez, 2017). A utilização de tecnologias assistivas, por exemplo, pode ser uma ferramenta poderosa para reduzir as barreiras no aprendizado e promover a equidade educacional.

Por fim, a avaliação no currículo inclusivo também precisa ser repensada. A avaliação não deve ser vista como um momento punitivo, mas sim como uma ferramenta de diagnóstico e acompanhamento do desenvolvimento de todos os alunos. No contexto da educação inclusiva, a avaliação precisa ser contínua e formativa, levando em consideração as diversas formas de aprendizagem dos alunos. Isso significa que os métodos avaliativos devem ser adaptados, permitindo que os alunos com deficiência possam demonstrar seus conhecimentos e habilidades de forma compatível com suas necessidades. Zanato e Gimenez (2017) enfatizam que, em uma avaliação inclusiva, o foco não deve ser apenas no desempenho acadêmico, mas também no progresso do aluno em termos de habilidades sociais, emocionais e de convivência. A ideia é que o currículo inclusivo não busque uniformizar os alunos, mas sim promover o seu desenvolvimento único e individual, respeitando suas especificidades e permitindo que eles alcancem seu máximo potencial dentro das suas condições.

#### **IV. Desafios E Perspectivas Da Educação Inclusiva**

A implementação da educação inclusiva no Brasil, embora tenha avançado significativamente nas últimas décadas, ainda enfrenta diversos desafios estruturais e culturais que dificultam a efetiva transformação das escolas. Um dos maiores obstáculos é a resistência de uma parte da comunidade escolar, composta por gestores, professores e até mesmo familiares, que muitas vezes não compreendem ou não estão preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. A inclusão de alunos com deficiências exige mudanças na forma de ensinar, na postura dos educadores e na adaptação das práticas pedagógicas, e essa transição nem sempre é bem recebida. A falta de uma preparação contínua e adequada dos profissionais da educação, aliada a preconceitos e estigmas, cria um ambiente de resistência, onde as práticas inclusivas são vistas como uma sobrecarga ou um desafio desnecessário (Santos, 2018). Essa resistência pode criar barreiras tanto para os alunos com deficiência quanto para os próprios professores, que, muitas vezes, se sentem despreparados para lidar com a complexidade do processo de inclusão.

Além da resistência cultural, outro grande desafio da educação inclusiva é a falta de recursos materiais e humanos. Apesar dos avanços nas legislações, as escolas públicas brasileiras ainda enfrentam grandes dificuldades em termos de infraestrutura, o que dificulta a adaptação dos espaços escolares para torná-los acessíveis. Muitos edifícios escolares ainda não possuem rampas, banheiros adaptados ou outros elementos que garantam a acessibilidade física necessária. Além disso, a escassez de profissionais especializados, como psicopedagogos, assistentes sociais e profissionais de apoio, como cuidadores ou intérpretes de Libras, é uma realidade em grande parte das escolas. Esses profissionais são essenciais para garantir que os alunos com deficiência recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento pleno. A falta de apoio especializado pode comprometer a qualidade do ensino e gerar situações de exclusão dentro do próprio ambiente escolar, dificultando o processo de inclusão (Rodrigues et al., 2019).

A formação inicial e continuada dos professores também é uma questão crucial para a educação inclusiva. Embora existam iniciativas para capacitar os docentes, a formação oferecida muitas vezes não é suficiente ou não aborda a inclusão de forma abrangente, contemplando as diversas deficiências e as diferentes abordagens pedagógicas necessárias. A capacitação dos professores para trabalhar com alunos com deficiência precisa ser mais do que um curso pontual. Ela deve ser contínua e integrada ao cotidiano escolar, proporcionando aos educadores ferramentas práticas, conhecimento teórico e suporte para lidar com as necessidades dos alunos. Para que o currículo inclusivo seja efetivo, é necessário que os professores compreendam a diversidade de formas de aprendizagem e sejam capazes de implementar metodologias diferenciadas que atendam às especificidades de cada estudante. A falta de uma formação adequada pode gerar insegurança e ansiedade nos docentes, o que, por sua vez, impacta a qualidade do atendimento aos alunos (Mesquita, 2017).

Por outro lado, embora os desafios sejam consideráveis, a educação inclusiva também apresenta muitas perspectivas positivas. A implementação de um currículo inclusivo oferece a oportunidade de construir um ambiente educacional mais diverso, democrático e respeitoso. Ao promover a convivência entre alunos com e sem deficiência, as escolas não apenas atendem aos direitos fundamentais dos estudantes, mas também contribuem para a formação de uma sociedade mais inclusiva, onde as diferenças são valorizadas e respeitadas. A educação inclusiva é uma ferramenta poderosa na construção de um futuro mais equitativo, no qual todos os indivíduos, independentemente de suas condições, possam ter acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem. A convivência com a diversidade, dentro e fora da sala de aula, prepara todos os alunos para o mundo real, onde as diferenças são uma constante. Por isso, a educação inclusiva não deve ser vista apenas como uma resposta às

necessidades dos alunos com deficiência, mas como uma estratégia que enriquece a formação de todos os estudantes (Zanato & Gimenez, 2017).

Por fim, as perspectivas da educação inclusiva para o futuro dependem de um esforço conjunto entre o poder público, as escolas, as famílias e a sociedade em geral. O avanço da inclusão escolar passa por uma mudança de mentalidade, que deve ser apoiada por políticas públicas mais eficazes, que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem dos alunos com deficiência. O investimento em formação continuada para os educadores, a melhoria da infraestrutura escolar e o aumento da oferta de profissionais especializados são passos essenciais para garantir que a inclusão escolar seja de fato uma realidade. A verdadeira inclusão, nesse sentido, vai além da simples inserção de alunos com deficiência no ambiente escolar. Ela envolve a criação de um espaço educacional que respeite as particularidades de cada estudante e garanta a todos as mesmas condições de participação e sucesso acadêmico. Dessa forma, é possível construir um sistema educacional que seja verdadeiramente inclusivo e capaz de atender à diversidade humana em sua totalidade.

## **V. Conclusão**

A educação inclusiva, ao ser implementada de forma eficaz, tem o poder de transformar não apenas a vida dos alunos com deficiência, mas também de enriquecer o ambiente educacional como um todo. O processo de inclusão vai além da adaptação de conteúdos curriculares ou da implementação de recursos materiais; ele implica uma mudança profunda nas práticas pedagógicas, nas relações interpessoais e na cultura escolar. Ao promover o acesso de todos os alunos ao conhecimento de maneira equitativa, o currículo inclusivo contribui para a formação de uma sociedade mais justa e solidária. A verdadeira inclusão, portanto, não reside na aceitação passiva da diversidade, mas na criação de um ambiente onde todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam crescer, aprender e participar ativamente do processo educacional.

Contudo, como evidenciado ao longo deste estudo, ainda existem desafios significativos a serem superados. A resistência cultural e a falta de recursos materiais e humanos são barreiras que dificultam a implementação de práticas inclusivas em muitas escolas brasileiras. A formação docente inadequada e a escassez de profissionais especializados, como psicopedagogos e intérpretes, comprometem a qualidade do ensino e a efetividade das adaptações necessárias. Além disso, as condições estruturais das escolas, muitas vezes precárias, continuam a representar um grande obstáculo para garantir a acessibilidade física e pedagógica. Portanto, é imperativo que as políticas públicas no Brasil avancem no sentido de assegurar recursos suficientes, formação contínua para os educadores e infraestrutura adequada para todas as escolas, de forma a garantir que a inclusão seja realmente um direito e não uma promessa não cumprida.

Por fim, é necessário reconhecer que, embora os desafios sejam consideráveis, a educação inclusiva também oferece imensas perspectivas para o futuro. A inclusão, quando bem implementada, cria um ambiente de aprendizagem mais enriquecedor para todos os alunos, contribuindo para o desenvolvimento de uma mentalidade mais aberta, empática e respeitosa. A convivência com a diversidade, tanto nas salas de aula quanto na sociedade, é um valor fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua responsabilidade social. Portanto, é essencial que o movimento pela educação inclusiva continue a ganhar força, com a colaboração de todos os segmentos da sociedade, para que o currículo escolar se transforme em um reflexo genuíno da pluralidade humana e das necessidades de todos os indivíduos. Assim, será possível garantir uma educação de qualidade, que respeite as diferenças e permita o pleno desenvolvimento de cada aluno.

## **Referências**

- [1] Brasil. Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996.
- [2] Brasil. Lei Brasileira De Inclusão Da Pessoa Com Deficiência. Lei Nº 13.146, De 6 De Julho De 2015.
- [3] Dainez, D.; Smolka, A. L. B. (2019). A Função Social Da Escola Em Discussão, Sob A Perspectiva Da Educação Inclusiva. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, 45, 1-18.
- [4] Mesquita, A. M. A. (2017). Currículo E Inclusão: Reflexões Sobre Os Conteúdos De Escolarização Para Alunos Com Deficiência. *Inc. Soc.*, Brasília, 11(1), 67-80.
- [5] Rodrigues, F. M. C.; Nozu, W. C. S.; Coimbra Neto, J. P. (2019). Educação, Direitos Humanos E Cidadania: Fundamentos Para A Inclusão Escolar Da Pessoa Com Deficiência. *Ridh, Bauru*, 7(1), 173-190.
- [6] Santos, R. M. (2018). *A Educação Inclusiva No Brasil: Avanços E Desafios*. Rio De Janeiro: Editora Abc.
- [7] Zanato, C. B.; Gimenez, R. (2017). Educação Inclusiva: Um Olhar Sobre As Adaptações Curriculares. *Revista @Mbianteeducação*, São Paulo, 10(2), 289-303.